

GENERAL  
LOUREIRO  
DOS  
SANTOS

Luísa Meireles

GENERAL  
LOUREIRO  
DOS  
SANTOS

O que tem de ser  
tem muita força

TEMAS E DEBATES

Círculo-Leitores

## PREFÁCIO

SABEMOS, TODOS, QUE A VIDA É SEMPRE, PARA OS HOMENS, uma irrecusável aventura, pautada pela angústia e pelo risco. Pela angústia porque o Homem aspira a viver feliz, e feliz não pode viver porque, desde logo, a vida é um fio frágil – o fio de Ariadne na mitologia grega – que se pode quebrar a qualquer momento. Pelo risco, também, porque múltiplas e diversas são as circunstâncias adversas com que depara, as bifurcações com que se confronta, os «cantos da sereia» a que tem, lucidamente, de resistir para não naufragar no mar da vida.

Na verdade, se o Homem é ele e a sua «circunstância»<sup>1</sup>, como disse Ortega y Gasset, verdade é, também, como ele disse, que «se não a salvo a ela, não me salvo a mim mesmo»<sup>2</sup>. E por ser assim, para viver a sua liberdade como «deus mortal» (no dizer de Aristóteles), não raro terá de fazer escolhas de obsidiante gravidade, para si, para o seu futuro, para os seus, para as instituições que serve, para o chão que lhe serviu de berço, para a cultura que o «veste» e distintiva.

Todo este sistemático risco e toda a angústia, que a aventura da vida comporta, levam muitos homens a voltar, sistematicamente, a si mesmos, em «morna [e aparentemente segura] repetição»<sup>3</sup>. Levam-nos, pois, a não fazer uso pleno da sua ingénita liberdade e, assim, a não viver plena e responsabilmente, e a tornar a vida um condenado destino.

Muitos outros são os homens que recusam que a circunstância lhes talhe um destino, lhes vista um futuro. São esses os homens que às circunstâncias respondem com inteligência e vontade, criatividade e risco, com a responsabilidade atuante de «deuses mortais»; homens que, assim, optam por fazer da vida uma aventura ousada, de temperada mas dinâmica prudência. Homens, estes, que não abdicam, pois, do seu existir livre e, por isso, ativo, que implica que o Homem, como sistema livre que é, se empenhe, sempre, numa aprendizagem mutuamente positiva em todas as suas interações.

Ora, é essa aprendizagem que consolida hábitos virtuosos, de serviço e de respeito, de honra e de sacrifício até, em situações extremas; aprendizagem que perfetibiliza o Homem e que ele usa para perfetibilizar os outros, sejam homens ou instituições, assim contribuindo para melhor realizar o bem-comum, objetivo primeiro e último de todas as sociedades.

José Loureiro dos Santos, o biografado neste trabalho de Luísa Meireles, pertence, paradigmaticamente, a este escol de cidadãos, a esta nova e diferente nobreza, a «nobreza de espírito»<sup>4</sup>. Com constância e consistência, mostrou saber, querer e ser capaz de assumir, com exemplar excelência, a condição e responsabilidade de «deus mortal». E mostrou-o, com reconhecida preocupação, com singular capacidade, ousadia e, mesmo, risco, com humildade intelectual e integridade moral, assumindo-se um renovador reformista, seguro e ambicioso, na política, na profissão, na docência universitária e, ainda, na produção intelectual.

Renovador reformista foi-o, sobretudo, como revela a obra de Luísa Meireles, na sua área profissional. Com afinco, com conhecimento histórico da realidade institucional militar e com conhecimento das mudanças nas mais modernas Forças Armadas das democracias, empenhou-se na modernização, especialmente do Exército, salvaguardando a sua unidade e continuidade personalizantes, dando-lhes justa modernização de estruturas, estratégias, processos e procedimentos. Visava, assim, salvaguardar a indispensável ideologia formal das Forças Armadas – hierarquia, disciplina, unidade –, através da competência, do mérito, da confiança e da modernização dos meios, da sua utilização, dos seus processos tático e estratégico, de maneira a torná-las aptas

a bem responder a todas as exigências legais, internas ou externas, do poder político democrático.

São seus grandes valores transcendentais o da ética, o da liderança pelo exemplo, capacidade e eficácia, o do respeito pelo outro, o de um grande rigor no estudo, pensamento e ação, o do amor pelas ideias e pela cultura em geral, aliados a uma notável capacidade de decisão. E seria a observância, ética e coerente, destes valores – por que sempre se pautou e que trabalhou para imprimir à instituição, bem consciente de que só eles poderiam gerar a confiança entre todos os militares, na instituição militar, proporcionando-lhe adesão moral à sua ideologia formal, e assim entrega total à missão patriótico-institucional, à aceitação empenhada voluntária, quando necessário, da doação da vida –, que o guindaram à posição de cidadão militar líder, a de Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), por vontade também dos «seus militares», e que determinariam, dramática e irreversivelmente, o seu afastamento da instituição militar, a sua saída desta, marcada «pelo desencanto sem saída nem consolação»<sup>5</sup>.

Ora, é enquanto CEME que a lei da racionalização dos efetivos militares (racionalização que Loureiro dos Santos também sempre defendera e em que se empenhara) lhe foi apresentada pelo Governo com uma formulação inaceitável para o Exército. E se Loureiro dos Santos concordava com o propósito objetivo da lei, discordava, no entanto, do seu método, da sua redação, que «tábua rasa» fazia dos valores institucionais mais sentidos pela instituição no seu todo.

Anos depois ser-lhe-ia dada, implicitamente, razão quando «os aspetos mais gritantes da injustiça de que se sentiam vítimas os militares foram corrigidos, mas o facto não impediu que muitos tivessem sido atirados pela borda fora. [...] Muitos militares viram recalculadas as suas pensões e receberam retroativos devido ao facto de se terem reformado antes dos 65 anos»<sup>6</sup>.

A verdade é que Loureiro dos Santos foi apanhado no conflito político que o diploma sobre a racionalização de efetivos gerou entre o Presidente da República e o Governo. Contexto, este, a que Loureiro dos Santos não se podia escusar nem ultrapassar sem éticas cedências. Dilemática não terá sido, contudo, para ele, tal situa-

ção. Quem o conhecia, e os militares conheciam-no bem, sabia que sempre se mostrara aberto à negociação institucionalmente justa e à transigência consensual decorrente. Sabia, também, e bem, que não cedia a imposições incorretas e injustas, quaisquer que fossem, e muito em especial que incidência tivessem na sua responsabilidade socioinstitucional, na confiança que deveria merecer dos seus militares, dos seus oficiais portanto, também, para defesa indispensável à virtuosidade da ideologia formal da instituição militar e, assim, para garantir democraticamente que aceitariam, sem rebuço e com empenho, as missões, todas as missões, que lhes viessem a ser acometidas pelo poder político.

Um chefe – di-lo a história e perfilha Loureiro dos Santos – tem de «estar disposto a abdicar de tudo, mesmo da sua carreira»<sup>7</sup>, mesmo da sua vida. Assim, Loureiro dos Santos demite-se de CEME, pondo termo antecipado à sua carreira, renunciando dolorosamente à renovação do Exército, em que há muito se empenhava, desde que fora vice-Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), em 1977, e para a qual afinara cuidada estratégia. E retira-se, mostrando que, para ele, certo era mais «a Honra do que as honrarias»<sup>8</sup>. Ele, o militar que, por indiscutível e comprovado mérito, mais cedo ascendera a general de 4 estrelas (em 1999, 34 anos depois da sua promoção a alferes, em 1957), vê-se obrigado a afastar-se definitivamente do «seu» Exército a 16 de fevereiro de 1992.

E, se Loureiro dos Santos foi renovador reformista na sua área profissional, renovador reformista de excelência foi-o, ainda, na sua ação político-militar. A título de mero, mas significativo, exemplo, destacaria a redação da Lei n.º 17/75, de 26 de dezembro (efetuada por ele e pelo agora general José Pimentel), que o Conselho da Revolução aprovaria e a Constituição da República Portuguesa iria acolher, que estabelecia a subordinação da instituição militar ao poder político democrático, através da sua cadeia de comando, e que fixava o apartidarismo das Forças Armadas.

A nível político-militar, coube a Loureiro dos Santos ser ator, coautor ou testemunha presencial privilegiada de vários e importantes papéis na história recente do País: superintendeu a difícil descolonização de Cabo Verde, para a qual chegou a tentar

uma resposta política democrática, sob fiscalização da ONU, que acabaria por discutir com o próprio Melo Antunes; pertenceu à 5.<sup>a</sup> Divisão e opôs-se à sua deriva radical, liderada pelo coronel Varela Gomes; foi secretário da Comissão Coordenadora do MFA (e dos seus sucedâneos, o Conselho dos Vinte e o Conselho da Revolução) e, no exercício dessas funções, foi testemunha presencial privilegiada de graves e críticos momentos do tempo revolucionário que se seguiu a Abril; pertenceu ao Conselho da Revolução, na qualidade de vice-CEMGFA; foi coautor importante na preparação do 25 de Novembro e na sua execução (cabendo-lhe, nesta última, em Belém, junto do Presidente da República e do Conselho da Revolução, a missão de elemento de ligação entre o Presidente Costa Gomes e o Comando Operacional da Amadora. Coube-lhe, também, assistir à génese e à configuração do I Pacto e do II Pacto MFA-Partidos Políticos, e participar no processo, desenvolvido após o 25 de Novembro, de subordinação das Forças Armadas ao poder político democrático. Coube-lhe ainda, como vice-CEMGFA, graduado em general de 4 estrelas, ser encarregado de proceder à redefinição das Forças Armadas coloniais, desestruturadas após a Revolução, em Forças Armadas democráticas dimensionadas para o País que éramos, para as suas obrigações internacionais, para o aproveitamento da distintividade que a guerra lhes proporcionara em proveito da potenciação da capacidade de intervenção externa do País.

Já durante a consolidação democrática, e então, como sempre, desenvolveu trabalho de inequívoca renovação e de mérito quer na instituição militar quer na ação política quer, ainda, na atividade académica, na informação e esclarecimento da sociedade civil e no trabalho em instituições de mérito e de prestígio historicamente firmado.

Na instituição militar, renovado foi o seu empenho na definição de uma nova, moderna e, nacional e internacionalmente, adequada arquitetura institucional, iniciada ainda em 1977 e continuada depois, quando executou funções de influente ministro da Defesa Nacional do IV Governo (projeto de Lei da Defesa Nacional), enquanto diretor de operações no Estado-Maior do Exército, com o general Garcia dos Santos como CEME, e, finalmente, quando

desempenhava as funções de CEME. Como comandante do Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea de Cascais (CIAAC), em 1980, estabeleceu, com os seus oficiais superiores, um plano para revitalizar a obsoleta artilharia antiaérea portuguesa: «Foi o primeiro grande projeto de reforma da artilharia antiaérea em Portugal, incluindo a conceção de defesa antiaérea, que depois foi absorvida pelo Exército.»<sup>9</sup> Foi, aliás, no âmbito dessa reforma que o Exército começou regularmente a enviar oficiais para os EUA, para «frequentarem o respetivo curso na US Army Air Defense School»<sup>10</sup>. É também em resposta a esse primeiro grande projeto que o CIAAC recebe «os mísseis *blowpipe*, equivalentes aos futuros *stinger*»<sup>11</sup>.

Como presidente e coordenador de um grupo composto por oficiais de várias armas, procedeu à «atualização da chamada Zona de Operações Terrestres (ZOT)»<sup>12</sup>, substituindo o que então existia e era datado dos anos 30. Posteriormente, como comandante da Zona Militar da Madeira, entre 1985 e 1987, «aplicou-se na elaboração de um Plano de Defesa da Madeira, que era coisa que não havia e era uma incumbência da NATO»<sup>13</sup>; e, enquanto diretor do Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), a partir de janeiro de 1990, na preleção inicial aos professores, definiu o novo propósito e modelo didático da instituição, ao afirmar que lhes cabiam duas funções: «uma é ensinarmos a doutrina, a outra é pormos a doutrina que ensinamos em discussão»<sup>14</sup>.

Trabalho de inequívoca renovação e de mérito desenvolveu, igualmente, na sua atividade académica. Enquanto professor do Instituto de Defesa Nacional (IDN), papel destacado teve na formação democrática de militares e de quadros civis. De igual modo, na qualidade de professor de Organização Militar e de História no IAEM, muito inovou: assumiu e demonstrou que a História Militar era, «não um fim, mas um meio necessário [...] [ao correto] entendimento das doutrinas de ciências militares»<sup>15</sup>. A sua maneira original de lecionar e o seu novo entendimento da História Militar levaram o IAEM à publicação dos seus apontamentos em edição interna, intitulados *Apontamentos de História para Militares*<sup>16</sup> (em 2010, a obra foi atualizada e reeditada sob o título *História Concisa de Como Se Faz a Guerra*, incluindo um novo capítulo sobre, «a era da informação»<sup>17</sup>).

Data desse período um artigo seu publicado pela *NATO-Review*, e que ficou célebre pela discussão que provocou, incluindo nos meios da NATO, que se focava «no «triângulo estratégico português» – Portugal, Açores e Madeira – e do seu papel no contexto da Guerra Fria»<sup>18</sup>. «Tinha por título “O papel de Portugal na defesa do Ocidente”, na perspectiva da defesa autónoma do País vista de Lisboa, e não de Norfolk, Madrid ou Bruxelas.»<sup>19</sup>

Os seus conhecimentos, nomeadamente os adquiridos no Curso de Estado-Maior, que concluíra com distinção, e no curso que frequentara no Brasil (e lhe conferia o título de Doutor em Ciências Militares), e a sua reflexão sobre as Forças Armadas democráticas em Portugal cedo o levaram a preconizar a reestruturação das Forças Armadas. Para ele, «reestruturar as Forças Armadas é, com base nas suas missões expressas na Constituição Política, definir ao mais alto nível (Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas) um conceito estratégico global para a defesa militar do País»<sup>20</sup>. Defendia, já então, também, como tarefa prioritária, para essa indispensável e eficiente democratização, «duas medidas, uma que só veria a luz do dia quatro décadas depois e outra que nunca chegou a ser implantada»<sup>21</sup>. A primeira dizia respeito ao ensino: sugeria que os programas fossem «aprovados por um órgão estranho e superior às FA [Forças Armadas]»<sup>22</sup>. A segunda referia-se a um órgão que poderia ser equiparado a um «Provedor de Justiça para as Forças Armadas»<sup>23</sup>, nunca criado.

Significativas também, quer da sua preparação académica quer da sua excelência intelectual, foram as atividades docentes exercidas no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), como professor catedrático convidado, e na Universidade Lusíada, como professor de História Militar.

Pertenceu à Assembleia Estatutária da Universidade Nova de Lisboa (UNL) e, mais tarde, ao seu Conselho Geral. A fim de poder orientar teses de doutoramento, tornou-se, ele próprio, Doutor em Relações Internacionais, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL.

Loureiro dos Santos destacou-se, também, na informação e no esclarecimento da sociedade civil sobre relevantes temas da atualidade, nacional e internacional, através de comentários na rádio

e televisão, de artigos nos jornais, da sua participação em conferências, colóquios e seminários, e da orientação, como especialista, em teses de mestrado e de doutoramento e, ainda, na orientação de trabalhos de longa duração, sobretudo no Instituto de Defesa Nacional e no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM).

De Loureiro dos Santos ficará para a história, além desta excelente biografia e do seu exemplo pessoal que relata, o seu trabalho de investigador e renovador de doutrinas, sobretudo da História Militar e da Estratégia. A importância atual desta última destaca-se, civilmente, quando se sabe que a «estratégia militar é a matriz de toda a estratégia»<sup>24</sup>, as estratégias das próprias empresas (em «guerra» económica permanente) e as das outras organizações e instituições, políticas que sejam.

De relevante qualidade e importância é, pois, a sua produção intelectual enquanto especialista em Estratégia (creio que é o maior especialista português contemporâneo) e em Geopolítica. Destaque merecem, entre outras, algumas das suas obras editadas: *Apontamentos de História para Militares* (1979), *Forças Armadas, Defesa Nacional e Poder Político* (1980), *Incursões no Domínio da Estratégia* (1983), *Abordagem Estratégica da Guerra da Independência* (1986), *Como Defender Portugal* (1991), *Reflexões sobre Estratégia* (2000), *Segurança e Defesa na Viragem do Milénio* (2001), *Ceuta 1415 – A Conquista* (2002), *A Idade Imperial* (2003), *Convulsões – Ano III da Guerra ao Terrorismo* (2004), *O Império de baixo de Fogo* (2006), *A Ameaça Global* (2008), *As Guerras que já Estão aí e As Que Nos Esperam, se Os Políticos Não Mudarem* (2009), *Forças Armadas em Portugal* (2012), *O Futuro da Guerra* (2014) e *A Guerra no meio de Nós* (2016).

Obras, estas, umas de cariz militar, outras de cariz eminentemente civil. E civil, desde logo, porque a gestão dos interesses geopolíticos – a geoestratégia – é, sempre, e em todos os países, da competência e responsabilidade do poder político civil. É-o, depois, quer pela natureza do seu grande propósito quer, ainda, pela reflexão pessoal, profunda e informada, que pretende oferecer como estímulo à sociedade civil e ao poder político, e em cuja elaboração não prescinde, sequer, de visitar pedagogicamente a nossa tradição coletiva, a nossa História. E é civil, ainda, porque, como diz Rafael Alvira: «Quando um *militar* [...] realiza a sua tarefa

de maneira adequada e em serviço do bem social, atua civilmente [...] pois fá-lo para salvaguardar ou reconstruir a sociedade.»<sup>25</sup>

O reconhecimento público da sua alta qualidade intelectual, política e militar assumiu expressão muito diversa. Foram-no testemunho tanto os convites para participar nos IV e V Governos Constitucionais como os comentários que a comunicação social lhe dedicou. Entre eles se destaca o de Marcelo Rebelo de Sousa, em fevereiro de 1979, no jornal *Expresso*, de que era subdiretor, em que apelidava Loureiro dos Santos de «um dos homens mais cultos e determinados»<sup>26</sup> das Forças Armadas Portuguesas. E acrescentava que «por detrás do silêncio do ministro da Defesa Nacional do IV Governo Constitucional estão um projeto e também uma forte personalidade política»<sup>27</sup>, dizendo, ainda, que: «Num País em que raros são os políticos com um projeto, Loureiro dos Santos tem-no.»<sup>28</sup> E diz, também, que «o seu nome é crescentemente associado às principais decisões políticas do Governo, e chega a ser referido como possível primeiro-ministro de um governo que viesse a ter de se formar a partir da crise aberta com a queda do atual Executivo»<sup>29</sup>.

Expressão, ainda, desse reconhecimento foi o convite para colaborar em publicações, nacionais e estrangeiras, especializadas em assuntos de segurança e defesa, de geoestratégia e geopolítica, e para pertencer a múltiplas instituições de reconhecido mérito. A título meramente ilustrativo, destacaria que é membro do Conselho Consultivo da revista *Relações Internacionais* do Instituto Português de Relações Internacionais e do Conselho Executivo da revista *Segurança e Defesa*, assim como membro do Conselho Científico do *Boletim do Instituto dos Estudos Superiores Militares*. É de sublinhar, ainda, que é sócio efetivo da Academia de Ciências de Lisboa (em que passou a desempenhar a função de secretário da Classe de Letras em janeiro de 2011); é membro do Conselho Geral da UNL, do Conselho Científico do *Boletim* e do Centro de Investigação de Segurança e Defesa do IESM, bem como do Conselho de Honra do ISCSF; e integrou o Fórum Luso-Espanhol, organização constituída por 15 personalidades portuguesas e 15 espanholas, não vinculadas aos Estados, convidadas pelos respetivos ministros dos Negócios Estrangeiros.

Mérito elevado, o seu, que reconhecimento e expressão teve, ainda, na nomeação para sócio efetivo da *Revista Militar*, cujo Prémio Almirante Augusto Osório obteve, para sócio efetivo da Sociedade de Geografia de Lisboa, sócio honorário da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, membro fundador do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, membro do Centro de Estudos Estratégicos do IAEM e membro do Grupo de Reflexão Estratégica do Ministério da Defesa Nacional. Foi, ainda, presidente da Assembleia Geral do Observatório da Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo e presidente do Conselho Deontológico da Associação de Oficiais das Forças Armadas.

Com frequência, tem Loureiro dos Santos sido procurado para conselho dar aos «chefes militares que se foram sucedendo, no Exército mas também em outros ramos»<sup>30</sup>. E o próprio «poder político de vários quadrantes»<sup>31</sup> o ouve «nas suas análises e procura a sua opinião»<sup>32</sup>. «Em 2012, fez parte do leque de 25 personalidades que elaboraram o novo [e importante] Conceito Estratégico de Defesa Nacional.»<sup>33</sup>

Em 2013, criou o «Centro de Estudos de Investigação de Segurança e Defesa de Trás-os-Montes e Alto Douro (CEISDTAD) em Sabrosa, a partir do seu espólio de vários milhares de livros, que doou à Câmara do concelho que o viu nascer»<sup>34</sup>.

Para concluir se dirá que se compreende bem o que a sua biografia tão bem demonstra: que, desde jovem, escolheu uma vida inteira, a vida que queria viver, através de um projeto de coerente unidade e continuidade, que antepõe, motiva e seleciona, com lucidez e coragem, todos os momentos particulares e responde a todas as circunstâncias adversas de que também a sua vida, como, aliás, a de todos os homens, foi fértil. E que essa opção e essas respostas, lucidamente determinativas, o levaram, com a sua esclarecida liberdade, a ser coerente, mesmo quando outras opções de maior conveniência pessoal eram possíveis e as «circunstâncias pesavam tanto que o conduziam [naturalmente] à dúvida»<sup>35</sup> e à angústia.

E, assim, Loureiro dos Santos mostra que não são, efetivamente, as circunstâncias, favoráveis ou desfavoráveis, que tecem, por si só, o nosso destino e constrói um futuro, um brilhante futuro, um

destino exemplar, que o nascimento, em que não lhe terá faltado afeto, mas em que não lhe terão sobrado meios materiais de fácil e anunciada ascensão social, no interior rural transmontano, longe estava de pressagiar. Na verdade, se Loureiro dos Santos, desde cedo, escolheu uma vida inteira, construiu-a a pulso, por mérito seu, assumindo todos os custos inerentes.

É nesta luta para vencer dificuldades próprias da sua «circunstância» que se empenha em ser o melhor aluno no liceu e na Escola do Exército, o que exemplarmente consegue, conquistando sempre bolsas de estudo. E em ambas as instituições consegue ser o melhor e, como melhor, conquista o primeiro prémio, quer no liceu quer na Escola do Exército, onde recebeu o prémio máximo do seu curso, a Espada de Toledo.

Verdade é, e mencionar se deve, que, se pouco ficou a dever ao «berço» em que nasceu, muito se ficou a dever à sua dotação excecional de «talentos do espírito» e à sua não menos impressiva panóplia de «qualidades do temperamento» e ao encontro «temporão» e seguro da sua vocação de militar. Verdade é, também, que fez desses afortunados dons, o seu carácter forte, a sua personalidade, uso e fim competente, coerente e eficaz.

Tudo quanto mencionei tem como intenção mostrar quem é o homem nesta obra biografado e quão interessante será ler e refletir sobre esta biografia.

E esta é uma biografia exemplar pelo seu modelo, pela sua articulação, pela sua preocupação em encontrar a argúcia contraditória que se explicita com o recurso a múltiplas fontes, testemunhos e perspetivas. Exemplar, ainda, pela sua qualidade literária. Sem medo de ser encomiástica, a obra bem merece ser um «caso de estudo», tanto pela vida do biografado como pela qualidade do labor da autora, pela sua qualidade literária, pela sua preocupação de, exaustiva e testemunhalmente, sempre que possível, situar a ação do biografado.

A autora, Luísa Meireles, fez desta obra, simultaneamente, uma obra literária, uma obra histórica e um processo humanístico, todos apaixonantes – uma obra literária pelo seu inteligente, sensível e cuidado recorte estilístico; uma obra histórica porque, pormenorizadamente, relata, até com ineditismo por vezes (vejamos-se,

por exemplo, as páginas 241 a 274 e 315 e seguintes), a história do perturbado período de transição para a democracia, da sua difícil institucionalização e da sua consolidação após Abril de 1974.

Esta é, também, uma obra humanística, porque relata a vida de um homem, Loureiro dos Santos, a sua unidade e continuidade, a sua personalidade, a sua ação e as intempéries que, sobre este, as circunstâncias se abateram, procurando, com empenhado esforço, perfetibilizar-se a si, às instituições que serviu e ao País a que pertence.

Pretendeu a autora da biografia invocar a dramática situação da passagem de Loureiro dos Santos à reserva, em janeiro de 1993, de forma epilodal, pelo crepúsculo sem alvorada possível, da vida militar de Loureiro dos Santos, que dera a sua carreira – e, através dela, a sua vida – ao País.

E a sua demissão do cargo de CEME é a moldura em que Luísa Meireles procurou, com rara sensibilidade e inteligência, situar esta biografia de Loureiro dos Santos, um homem de tão rara genialidade quão rara responsabilidade social, mas também tratar o seu grande drama: por razões de coerência ético-institucional reconheceu ser vítima de valores transcendentais que para si próprio assumiu e que à instituição militar exigiu – a confiança como fonte e motor de uma fiel, autêntica e indispensável ideologia formal das Forças Armadas.

Lucidamente nos relata, também, as consequências que este conflito político teve, sobretudo nas relações das Forças Armadas com o poder político. Uma delas, talvez a mais preocupante, considerando a indispensável dependência das Forças Armadas do poder político e não de ocasionais maiorias parlamentares, foi o facto de ter abolido o processo interno de seleção dos chefes militares a propor pela instituição militar ao poder político e o que isso, inevitavelmente, provocou na confiança dos militares nos seus chefes de Estado-Maior.

Outra consequência preocupante manifestou-se na convicção militar de que os chefes militares capacidade não tinham para bem defenderem os seus interesses, os compromissos que, para com eles, o Exército legalmente se obrigara. Perceção e sentimento, estes, que os levaram a olhar para a «sindicalização» como solução alternativa.